

## Lideranças e modernidade: os espaços confessionais como instâncias de formação\*

MAURÍLIO GUASCO

Università degli Studi del Piemonte Orientale "Amedeo Avogadro"  
guasco@sp.unipmn.it

**Resumo:** A criação dos seminários foi determinada pelo Concílio de Trento, mas a sua fundação enfrentou muitas dificuldades. O facto de os seminários se terem tornado um local de formação da elite política levantou o problema do controlo da autoridade civil sobre os mesmos. São apresentados os exemplos concretos de alguns países, inclusive os atuais lugares de formação da classe dirigente eclesiástica, e em particular a Academia dos Nobres Eclesiásticos de Roma, hoje conhecida como Academia Eclesiástica. Nem todos os futuros diplomatas estudam aqui, mas aqueles que o fazem estão destinados a tornar-se diplomatas da Igreja ou bispos. É também analisada a prevalência de estudos jurídicos sobre outros estudos, assim como as consequências da transformação da classe dirigente para a história da Igreja. Identificam-se como exemplo os casos recentes das conferências episcopais do Brasil e do Peru.

**Palavras-chave:** Seminários, Autoridade religiosa, Autoridade civil, Academia Eclesiástica, Conferências Episcopais.

**Abstract:** The creation of seminaries has been defined by the Council of Trent, but its foundation faced many difficulties. Because the seminars became ground for the formation of the political elite, they faced the problem of the control of civil authority over them. We present some concrete examples in several countries, including the current training places of the ecclesiastical ruling class, and in particular the Academy of Ecclesiastical Nobles of Rome, nowadays known as Ecclesiastical Academy. Not all future diplomats are studying here, but those who do are destined to become Church diplomats or bishops. We also analyse the predominance of legal studies over other studies, as well as the consequences of the transformation of the ruling class for the history of the Church. Recent cases of Episcopal conferences in Brazil and Peru are identified as examples.

**Keywords:** Seminaries, Religious authority, Civil authority, Ecclesiastical Academy, Episcopal conferences.

---

\* O texto, inicialmente redigido em italiano, foi traduzido para português por Guilherme Martins Sampaio, a quem se agradece.

É sabido que na origem dos seminários está o decreto do Concílio de Trento, aprovado a 15 de julho de 1563, que determinou em todos os países europeus a fundação de lugares de estudo e de formação para os futuros padres, mesmo se com modalidades e em tempos muito diferentes<sup>1</sup>.

Mas pouco antes do decreto, tinham sido fundadas em Roma duas instituições que tinham fins, apenas em parte, análogos àqueles decididos pelo Concílio de Trento. Em 1551, sobretudo por obra do Fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, foi fundado o Colégio romano – a futura Universidade Gregoriana – com o objetivo de oferecer aos futuros padres um lugar de formação que prevenisse as muitas carências que se pudessem encontrar, e que de alguma forma tornasse possível aos candidatos ao sacerdócio não serem obrigados a frequentar as universidades estatais<sup>2</sup>. Certamente mais significativa foi a instituição que Inácio delineou para o ano seguinte, a fundação do Colégio germânico<sup>3</sup>. Não muitos anos atrás havia-se verificado na Alemanha, pela ação de Lutero, a divisão da Igreja e a formação de um verdadeiro espírito antirromano.

Inácio tinha em mente um projeto preciso: formar em Roma e, logo, também na romanidade, a futura classe dirigente eclesiástica. Os jovens trazidos para Roma, ao retornarem à sua terra-natal iriam contribuir para o renovamento da Igreja católica, assim como para o combate àquele espírito antirromano que conhecia crescente difusão. Dada a situação, tornava-se ainda mais urgente providir à futura liderança da Igreja, preparando-lhe o pessoal adequado.

Trata-se de um princípio comum a todos os tipos de sociedade: quase em todos os países existem escolas consideradas “superiores” cujos alunos em boa parte são depois destinados a ocupar cargos diretivos. O próprio Carlos Borromeu, o maior protagonista da aplicação do Concílio de Trento, havia pensado em subdividir os seminaristas em diversas classes, ordenando-os de acordo com os cargos que depois desempenhariam nas suas dioceses<sup>4</sup>.

Existe, porém, um dado que deve ser tido em conta e que nos ajuda a compreender a história da formação do clero e dos seus líderes nos séculos subsequentes a Trento.

1 Relativamente à história dos seminários e textos da Igreja Católica concernentes à formação do clero, continuam a ser fundamentais os dois volumes publicados pela mesma “Sacra Congregatio de Seminariis et Studiorum Universitatibus”: *Seminaria Ecclesiae Catholicae*. Città del Vaticano: Typis Polyglottis Vaticanis, 1963; e *Enchiridion Clericorum: documenta Ecclesiae futuris sacerdotibus formandis*. Città del Vaticano: Typis Polyglottis Vaticanis, 1975. A bibliografia existente, seja de caráter geral ou específico, é muito vasta. Mas limitar-me-ei aqui a citar um texto que, apesar da sua data de publicação, é ainda útil: C. Sanchez Aliseda – *La doctrina de la Iglesia sobre Seminarios desde Trento hasta nuestros días (desarrollo y sistematización)*. Granada: Facultad de Teología, 1942.

2 Sobre as origens do Colégio Romano, cf. R. G. Villoslada – *Storia del Collegio Romano dal suo inizio (1551) alla soppressione della Compagnia di Gesù (1773)*. Roma: Universitatis Gregoriana, 1954. Para os ambientes romanos antes do Concílio de Trento, veja-se G. Pelliccia – *La preparazione ed ammissione dei chierici ai santi ordini nella Roma del secolo XVI*. Roma: Edizione Paoline, 1946.

3 Cf. P. Schmidt – *Das Collegium Germanicum in Rom und die Germaniken. Zur Funktion eines römischen Ausländerseminars (1552-1914)*. Tübingen: M. Niemeyer Verlag, 1984.

4 Os textos das regras emanadas por Carlo Borromeo são: *Institutiones ad universum seminarium regimen pertinentes ab illustrissimo et reverendissimo D.D. Carolo S. Praxedis Cardinali, Archiep. Mediolani confectae*, nos tomos II e III das *Acta Ecclesiae Mediolanensis*. Milano, 1843 e 1846.

Quase todos os seminários são chamados “mistos”: o que não significa a presença de homens e mulheres, mas o facto de que são frequentados por alunos que se preparam para o sacerdócio, assim como por alunos que se dedicam apenas aos estudos, tendo em vista uma vida laica. Tendo em conta que, frequentemente, o seminário é o único lugar em que é possível realizar estudos, não deve surpreender o facto de que muitas vezes a autoridade civil pretenda tomar parte na direcção dos próprios seminários, caso da escolha dos programas de estudo. O que em certos casos ocorre com recíproco consenso, mas em outros causa dificuldades e conflitos entre as duas autoridades.

Diversos alunos dos seminários provinham das classes nobres ou até de outras importantes categorias sociais; aquelas iam para o seminário por alguns anos, como atrás mencionei, pela escassez de escolas, sem nunca chegarem a enveredar pela carreira eclesiástica. Por isto, alguns bispos tentaram criar uma formação que hoje poderíamos definir como polivalente, sabendo que assim poderiam formar indivíduos que desempenhariam papéis importantes na sociedade, mas não de carácter eclesiástico.

Isto inclusive explica a ingerência da autoridade política na gestão dos seminários. Para além do mais, em alguns países aquela mesma autoridade considera o padre como um verdadeiro funcionário civil, a quem entrega determinadas funções que um dia serão desempenhadas por funcionários do Estado. Por isso pretende ser envolvida na formação desses futuros funcionários.

Consequentemente, nascem assim verdadeiras formas de cesaropapismo, isto é, de ingerência da autoridade civil em assuntos religiosos, que se contrapõem ao regresso ou a permanentes formas de verdadeira teocracia: isto é, a pretensão da autoridade eclesiástica de ditar normas de comportamento inclusive à autoridade civil. Existe um caso significativo de cesaropapismo no Portugal dos primeiros anos do século XIX, em que os nuncios apostólicos lamentavam a contínua ingerência do poder civil nos assuntos internos da Igreja. Foram de todo inúteis os protestos de Pio VII enviados à autoridade civil. Reapareceram formas de episcopalismo, isto é, os prelados não aceitavam mais as decisões romanas, sendo eles próprios a determinar as diferentes carreiras eclesiásticas. Hoje sabemos que Roma não reconhece as nomeações que não tenham sido decididas ou endossadas pela própria autoridade romana<sup>5</sup>.

Irei referir-me aqui, antes de falar dos anos que nos são mais próximos, a três casos significativos de formação da classe dirigente eclesiástica com o controlo, mais ou menos evidente, da autoridade civil.

---

5 Uma breve síntese destas problemáticas pode ser encontrada na obra de J. Leflon – *La restaurazione delle Chiese*. In *Storia della Chiesa*. XX, 2: *Restaurazione e crisi liberale (1815-1846)*. Roma; Torino: Editrice S.A.I.E, 1984, p. 595-670; e em particular, as p. 608-609.

Em 1786 ocorreu o Sínodo de Pistóia, convocado pelo bispo Scipione de' Ricci, cujos decretos suscitarium muitas críticas em Roma<sup>6</sup>. Aquele Sínodo, que hoje podemos considerar quase antecipador de muitas providências, previa que a formação dos padres fosse concluída junto da Real Academia de São Leopoldo, para melhor os preparar para a vida pastoral. Tal formação ocorria, porém, num lugar convencionado com a autoridade civil, influenciada em parte pelas orientações que eram típicas do Império Austro-Húngaro, cujos responsáveis consideravam precisamente que a futura classe dirigente eclesiástica devia ser formada em instituições em cuja direção também participassem as autoridades civis.

É significativo o facto de que no ano seguinte, 1787, Viena tenha promulgado um “Édito paroquial” para orientar todos os padres à cura de almas, mas, sobretudo, que tenha instituído em Pavia um “seminário geral” onde obrigatoriamente se reuniriam os seminaristas da Lombardia austríaca. Tal seminário acabou por ter uma vida curta, quatro anos, tendo sido encerrado no seguimento da morte de José II: mas constitui um exemplo interessante de colaboração (escolhida ou imposta?) entre as autoridades religiosas e civis tendo em vista a formação de uma classe dirigente<sup>7</sup>.

Um outro exemplo interessante é o do Piemonte dos Saboia. Aqui, em 1817, nasceu o Internato eclesiástico, com o objetivo de oferecer uma melhor formação moral e pastoral aos jovens padres<sup>8</sup>. Mas a instituição mais interessante é a Academia de Superga, junto do santuário com o mesmo nome, para a qual eram enviados dois jovens padres por cada diocese, para um biénio de formação sob o patrocínio do soberano. Regressados às suas dioceses, eram quase todos destinados a fazer parte da classe dirigente, sendo em geral muito fiéis à Monarquia.

Porém, a formação religiosa e civil acabava em certas ocasiões por determinar aquilo que é definido como a heterogénese dos fins. É o caso da Argentina dos primeiros decénios de Oitocentos<sup>9</sup>. Com a mudança de regime, não sei se verdadeiramente fruto de uma revolução, nasce uma nova classe dirigente: que é composta em número relevante por padres que tinham deixado o ministério sacerdotal. Quer dizer, são padres possuidores de uma boa preparação cultural, que frente ao risco que podiam correr no

6 Vejam-se as *Atti e decreti del Concilio diocesano di Pistoia dell'anno 1786*, Firenze: Pagani, 1788. As *Atti* foram republicadas sob a direção de P. Stella: *Atti e Decreti del Concilio Diocesano di Pistoia dell'anno 1786*. Firenze: Olschki, 1986. Uma análise das reformas desejadas pelo bispo Ricci e por Pietro Leopoldo é C. Fantappiè – *Riforme ecclesiali e resistenze sociali*. Bologna: Il Mulino, 1986.

7 A este propósito veja-se a reflexão de X. Toscani – *Il clero lombardo dall'ancien régime alla restaurazione*. Bologna: Il Mulino, 1979. Sobre as diversas consequências do controlo estatal sobre os seminários, cf. G. Verucci – *Chiesa e società nell'Italia della Restaurazione (1814-1830)*. *Rivista di storia della chiesa in Italia*. 30:1 (1976) 25-72.

8 Cf. G. Usseglio – Il teologo Guala e il Convitto ecclesiastico di Torino. *Salesianum*. 10 (1948) 453-502. Sobre estudos do clero e sua formação, destaque para as obras de Guglielmo Audisio, que foi inclusive presidente da Academia de Superga: *Educazione morale e scientifica del clero conforme ai bisogni religiosi e civili*. Torino: Stamperia Reale, 1844; *Educazione morale e fisica del clero conforme ai bisogni religiosi e civili*. Torino: Stamperia Reale, 1846; *Introduzione agli studi ecclesiastici conforme ai bisogni religiosi e civili*. Torino: Stamperia Reale, 1847.

9 Para o contexto geral da Igreja argentina cf. R. Di Stefano e L. Zanatta – *Historia de la Iglesia argentina: desde la Conquista hasta fine del siglo XX*. Buenos Aires: Grijalbo Mondadori, 2000.

seguimento de uma mudança de regime, escolheram deixar o ministério sacerdotal e entrar nas estruturas estatais, onde até fizeram boas carreiras, precisamente graças à sua formação.

Temos aqui um caso de formação da classe dirigente eclesiástica que se torna apta a ser classe dirigente na sociedade civil. Seria de seguida interessante verificar quais eram os lugares de formação que mais contribuíram para formar essa nova classe dirigente. Havia de facto os colégios dos jesuítas, não estranhos a tais funções; e existiam ainda outros colégios. Num interessante estudo, Roberto Di Stefano, graças aos documentos dos arquivos nacionais argentinos, conseguiu reconstruir as diversas carreiras eclesiásticas, e verificar quais os itinerários formativos que produziram o maior número de funcionários civis<sup>10</sup>.

Neste sentido, é interessante olhar para os resultados que estão a emergir das belas pesquisas de Sérgio Pinto, que está a estudar, entre outras coisas, os meios a que recorreram os padres portugueses face a uma outra revolução, de forma a resolverem o problema dos seus salários. É possível talvez verificar se algum deles, depois da revolução, se tornou parte da classe dirigente. Mesmo se todos sabemos que certas hipóteses são verificáveis apenas caso se encontrem os documentos que as confirmam<sup>11</sup>.

Algo de análogo ao que havia sucedido em meados de Quinhentos, com o nascimento do Colégio germânico por obra de Santo Inácio, ocorreu no período das numerosas agitações que envolveram a Europa em meados do século XIX. Justamente, defronte a tais agitações, nasceram em Roma vários colégios nacionais, com a função de formar uma classe dirigente, que regressando às suas terras natais, deveria transportar consigo o espírito romano adquirido na capital da Cristandade. Neste sentido é interessante verificar que a *Enciclopedia cattolica*, depois das breves referências que faz a cada colégio romano, menciona que entre os poucos estudantes de tal colégio, alguns foram nomeados cardeais e outros bispos, quase confirmando que aqueles colégios eram também lugares de formação da classe dirigente<sup>12</sup>: e muitos deles frequentaram os cursos da Universidade Gregoriana, filha daquele antigo Colégio romano desejado por Santo Inácio como lugar de formação dos futuros responsáveis da Igreja alemã. Lembro, com um pequeno parêntesis, que dentre os participantes do Concílio Vaticano II, muitos haviam feitos os seus estudos em Roma, sobretudo na Gregoriana, mas também em outras Universidades pontificias. Então, valia ainda o

10 Veja-se sobretudo R. Di Stefano – *El púlpito y la plaza: clero, sociedad y política de la monarquía católica a la república rosista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2004. Diversos estudos sobre o clero argentino com ampla bibliografia estão disponíveis em G. Caretta e I. Zacca (eds.) – *Para una historia de la Iglesia: itinerarios y estudios de caso*. Salta: CEPIHA, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Salta, 2008.

11 A investigação de Sérgio Pinto está ainda em curso, mas olhando para a base de trabalho já feito podem-se antecipar algumas conclusões de indiscutível interesse. Do mesmo autor veja-se *Separación religiosa como modernidade: Decreto-Lei de 20 de abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: CEHR, 2011.

12 Cf. Collegi Ecclesiastici. In *Enciclopedia Cattolica*. Vol. III. Firenze: Sansoni, 1949, col. 1952-1965.

princípio de que maiores possibilidades eram oferecidas às carreiras dos padres pelo facto de terem feito os seus estudos nas pontifícias universidades romanas: com muitas exceções, logicamente.

Entre os colégios abertos nos anos de Pio IX, encontramos o Colégio belga, fundado em 1846, o Colégio norte-americano e o Colégio teutónico fundados em 1859, o Colégio polaco, aberto em 1868. Outros Colégios já existiam, e outros foram abertos nos anos seguintes, caso do Colégio espanhol em 1892, e do português, a 20 de outubro de 1900, o qual, como foi afirmado, “recebe alunos sacerdotes e clérigos, escolhidos entre os melhores das dioceses de Portugal, quer do continente, quer do ultramar.”<sup>13</sup>

Existe então um lugar, sempre em Roma, onde são preparados os futuros diplomatas do Vaticano. Não se trata, como para os outros Colégios, de uma possibilidade de carreira: quem entra nesta Instituição, seja como for, está destinado à carreira diplomática, não obstante os cargos mais ou menos importantes que poderá ocupar. Nem todos os futuros diplomatas foram lá formados, mas quase todos os que por lá passaram fizeram depois uma mais ou menos brilhante carreira eclesiástica.

Trata-se daquela, que não casualmente, era chamada Pontifícia Academia dos nobres eclesiásticos, fundada em 1701 por Clemente XI, e depois, com as várias reformas e modificações, designada simplesmente Academia eclesiástica<sup>14</sup>. Encerrada em 1798, reaberta em 1803, foi reformada em 1828, sobretudo nos planos de estudo, por Leão XII. Pode-se ler tal reforma como a prossecução do trabalho deste papa, que, em 1824, com a Constituição *Quod divina sapientia*, havia reformulado todos os planos de estudo das Universidades a operar em territórios pontifícios<sup>15</sup>. Com efeito, alguns elementos podem ser considerados análogos: a reforma das Universidade significa explicitamente que se pretendia ordenar “methodus studiorum cum pietate conjuncta”: e pode-se notar que o regulamento aplicativo da reforma da Academia insiste muito sobre a piedade. Outras modificações foram introduzidas por Pio IX entre 1848 e 1850, e o mesmo pontífice voltaria em 1853 a reorganizar os planos de estudo do seminário romano de Santo Apolinário, sobre os quais me voltarei a referir.

A Academia tem portanto o objetivo de preparar os futuros diplomatas do Vaticano, sob a direção da Secretaria de Estado: não detém a exclusividade da formação das carreiras diplomáticas, mas é uma das vias possíveis, que, porém, com o passar

13 Cf. *Ibidem*, col. 1959. O autor da nota sobre o Colégio português é Joaquim Carreira.

14 Uma breve nota está disponível em P. Savino – Pontifícia Accademia Ecclesiastica. In *Enciclopedia Cattolica*. Vol. I. Firenze: Sansoni, 1948, coluna 175.

15 O texto da Constituição de Leão XII pode ser consultado em *Bullarii romani continuatio*. T. VIII. Roma: Typogr. Camerae Apostol., 1854, p. 95-117. Para o contexto geral veja-se A. Gemelli; S. Vismara – *La riforma degli studi universitari negli Stati pontifici (1816-1824)*. Milano: Società editrice “Vita e pensiero”, 1933. Um comentário sobre a Constituição existe em M. Guasco – *Formazione del clero e istanze pastorali-educative del Magistero ecclesiastico*. Em L. Pazzaglia (ed.) – *Chiesa e prospettive educative in Italia tra Restaurazione e Unificazione*. Brescia: La Scuola, 1994, p. 67-82.

dos anos se torna cada vez mais importante. As outras vias são a proveniência de determinados colégios, ou as várias proteções que se podem gozar em Roma: via muito usada, mas dificilmente quantificável.

Os alunos da Academia devem adquirir uma sólida preparação em direito canónico, e depois por um biénio prosseguem estudos vários em função do seu cargo, sendo posteriormente colocados por um dado período de tempo ao serviço da Secretaria de Estado. O plano de estudos ilustra o lento desaparecimento do funcionário civil e a clericalização do cargo. Em outros termos, existe uma menor preocupação em formar um bom funcionário, e uma maior em preparar um bom padre. A necessidade de formar bons funcionários dependia ainda do facto de que ficariam ao serviço do Estado da Cidade do Vaticano: termos que ainda hoje estão em vigor.

O estudo desta instituição é certamente um dos casos privilegiados por quem se ocupa da formação da classe dirigente eclesiástica. Num estudo que foi, em parte, conduzido pela École Française de Rome, foram analisados os programas de estudo, procurando-se depois especificar o tipo de carreira que fariam os alunos. Também seria interessante fazer uma análise mais global, isto é, estudar as proveniências dos alunos que entraram na Academia<sup>16</sup>.

Este último ponto está ligado às contingências históricas. Parece bastante evidente que os colégios que forneceram o maior número de alunos foram o Colégio Capranica e o Seminário romano, com tal prevalência ligada também às proveniências dos superiores encarregados de dirigir a Academia.

Uma outra via privilegiada é o ter sido aluno do Apollinaire, que mais tarde passou a ser o Laterano. Por aqui passaram quase todos os secretários de Estado do século XX, de Gasparri a Pacelli, de Maglione a Tardini. Passaram por lá ainda os futuros papas Roncalli e Montini, e o cardeal Ottaviani, que um dia seria definido como o “*carabiniere* da Santa Igreja”, e ainda o futuro secretário-geral do Concílio Vaticano II, monsenhor Felici.

O Apollinare-Laterano é um dos caminhos privilegiados para uma carreira na Secretaria de Estado. A Academia é a via mais importante para a diplomacia, talvez depois do Laterano. Tal facto tem a sua explicação lógica, e constitui também um modo para melhor analisar a formação da classe dirigente: a faculdade mais notória do Laterano é a de direito canónico, sobretudo na sua mais ampla aceção de *in utroque iure*. Estatisticamente, podemos dizer que a formação jurídica é aquela privilegiada para a carreira diplomática e para uma carreira na Secretaria de Estado: o que explicaria em parte a razão das numerosas procedências do Laterano.

---

16 Cf. *Mélanges de l'École Française de Rome*. 116:1 (2004). No volume, dedicado a *Les secrétaires d'État du Saint-Siège, XIX-XX siècles*, veja-se sobretudo C. Prudhomme – L'Académie Pontificale ecclésiastique et le service du Saint-Siège. *Mélanges de l'École Française de Rome*. 116:1 (2004) 61-89.



Isto é válido para um determinado período histórico. Em anos mais recentes, com a internacionalização da Cúria romana, as proveniências têm sido mais diferenciadas, incluindo também alunos de outras nacionalidades. A Academia continua, todavia, a ser o lugar privilegiado para prosseguir uma carreira diplomática, o que parece bastante lógico vistos os objetivos desta instituição. Alguns dos alunos, após alguns anos de experiência diplomática, são depois enviados como bispos para as dioceses, às vezes vindos de postos sem grande importância, outras vezes como coroamento de uma carreira diplomática significativa. Vejam-se os casos de Bento XV, que da diplomacia passou à diocese de Bologna, ou de João XXIII, que de nuncio em Paris se tornou patriarca da diocese de Veneza; de Paulo VI, arcebispo de Milão depois de muitos anos de serviço na Secretaria de Estado; ou mais recentemente, o caso do atual cardeal de Palermo, Paolo Romeo, já nuncio em Itália depois de o ter sido em várias sedes diplomáticas, e depois enviado para a pastoral ativa. Existem logicamente muitos outros casos semelhantes de bispos de outras cidades italianas.

O aspeto mais interessante que emerge das pesquisas da *École française* é o tipo de formação que recebem os jovens destinados à diplomacia ou ao governo das dioceses. O primeiro aspeto mais notório é a formação jurídica: os futuros diplomatas devem fazer estes estudos. Porém, isto vale também em parte para os bispos das dioceses: mesmo se nos últimos anos as escolhas tenham envolvido reitores de seminários e párocos. O ter feito estudos jurídicos é, todavia, um aspeto privilegiado. Mais raras são as carreiras dos que provêm de estudos bíblicos<sup>17</sup>, até se nestes últimos anos existem casos significativos; assim como são raros os casos dos que são formados em Teologia. Em outras palavras, e aqui, naturalmente, sou eu que acentuo um pouco esta interpretação, para melhor anunciar a Palavra de Deus é bom ter uma formação bíblica ou até teológica, mas é muito melhor ter uma formação jurídica. Quem estuda a história da Igreja por vezes esquece-se de tais aspetos particulares, que consequentemente podem causar alguma perplexidade: seria como confiar a gestão do bem público apenas aos magistrados ou aos advogados. São adequados a reprimir o mal, menos a preveni-lo.

Dizia, no entanto, que muitas vezes são as contingências históricas a determinar as carreiras. Um exemplo interessante são as nomeações episcopais feitas em Itália por Pio XI. Convencido da bondade dos métodos pastorais utilizados nas regiões da Itália do Norte, o papa pretendia que os mesmos fossem utilizados também para as regiões do Sul; como tal, enviou para dirigir as dioceses do Sul um determinado número de pastores do Norte<sup>18</sup>.

17 O caso talvez mais notório, mesmo que não tenha sido o único, foi o do cardeal Martini, exegeta de fama internacional e chamado por João Paulo II para reger a igreja de Milão, tendo falecido a 31 de agosto de 2012.

18 Uma análise de tal fenómeno está em R. P. Violi – *Episcopato e società meridionale durante il fascismo (1922-1939)*. Roma: Ed. Ave, 1990.



Algo similar ocorreu com Paulo VI, que tendeu a nomear bispos que criam na necessidade de aplicar o Concílio, e que como tal tornavam mais fácil a ação que o pontífice pretendia desenvolver. Poderiam dizer-se coisas análogas para os anos que estamos vivendo: mas seria uma obra demasiado sociológica, ou de história das mentalidades.

Em anos recentes, tem sido praticada uma dada política de nomeações, de modo a que gradualmente as dioceses de uma região sejam regidas por pastores originários da mesma região. Uma política que também pode ser verificada no caso português.

Existem depois casos em que a proveniência pode constituir um obstáculo a certas carreiras. É interessante o caso dos docentes nas faculdades de teologia alemãs dos anos trinta. Enquanto Pio XI prepara o documento que levou à supressão de quase todas as faculdades de teologia, a *Deus scientiarum Dominus* de 1931, um dos membros da comissão encarregada pelo pontífice de preparar tal documento, o futuro cardeal Bea, apresentou um exposto sobre a situação dos doutores em teologia situados na Alemanha, para os quais o facto de se terem doutorado em Roma se tinha convertido num obstáculo praticamente insuperável que os impedia de serem nomeados para as Universidades estatais<sup>19</sup>.

Os estudos teológicos não pressupunham em Itália, e nem mesmo nas Universidades pontifícias romanas, um trabalho científico, tal como aquele exigido pelas teses, para conseguir o doutoramento. Faltava assim aos doutores romanos, quer a massa de trabalho associada às teses, quer o hábito de pesquisa: com o resultado que nenhum deles era chamado a ocupar cátedras de teologia nas faculdades de teologia, para as quais era necessário apresentar um elenco de trabalhos publicados. Assim ficava frustrado o objetivo estabelecido muitos anos antes por Santo Inácio: formar padres em Roma no espírito da romanidade, exportando-o depois para a Alemanha. Ocorreu deste modo exatamente o contrário: os padres formados a Roma não eram chamados a ensinar, e entretanto as cátedras eram ocupadas por aqueles formados nas próprias universidades alemãs. O que não significa que tivessem necessariamente um espírito antirromano; mas certamente corriam-se alguns riscos, pelo menos tendo em conta aquelas que eram as expectativas da Santa Sé.

Sempre no âmbito das contingências históricas, podemos dizer que os critérios com os quais é escolhida a classe dirigente são ditados também pela situação romana. Um exemplo interessante provém das Conferências episcopais sul-americanas. No Brasil, por exemplo, a política das nomeações produziu em poucos anos uma profunda transformação da Conferência episcopal, como aparece claro olhando para as orientações que foram decididas; o mesmo se pode dizer da Conferência episcopal do Perú.

19 Sobre o texto de Pio XI que provoca a reforma das Universidades pontifícias e sobre o relatório preparado pelo padre Bea, cf. M. Guasco – La formazione del clero al tempo di Pio XI. In C. Semeraro, ed. – *La sollecitudine ecclesiale di Pio XI: alla luce delle nuove fonti archivistiche*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2010, p. 96-109.

A substituição de um núncio apostólico, o influxo de algumas personalidades muito consultadas em Roma, a composição da Secretaria de Estado e da Congregação dos bispos, podem determinar mudanças significativas. Temos aqui um caso exemplar para quem pretende estudar a formação das lideranças, no respeitante à Igreja Católica.

Na escolha dos bispos, que representam a classe dirigente da Igreja Católica, intervêm, de facto, vários fatores, cuja importância é difícil de verificar: geralmente é o núncio apostólico que assinala os nomeáveis de entre os candidatos, depois de ter auscultado a Conferência episcopal local. Os nomes chegam à Congregação dos Bispos, que deveria ser o lugar da decisão. Existem depois as incógnitas decorrentes da intervenção da Secretaria de Estado, ou dos presidentes das Conferências Episcopais, e a possível e decisória intervenção do Pontífice.

Sei muito bem que em Roma dirão que se trata de decisões do Espírito Santo: mas logo acrescentam que o Espírito Santo, causa primeira, se serve de causas segundas, as quais em certos casos podem ainda atender menos à causa primeira. Mas aqui entramos no âmbito daquilo que determinados textos litúrgicos definem como a “humana fragilitas”, e em que os teólogos falariam das consequências do pecado original: um âmbito que a análise histórica deve ter em conta, mas de que não é sua responsabilidade fazer um julgamento.